
Discussões sobre minorias na política brasileira: análise dos planos de governo dos/das presidentiáveis em 2022¹

Thais Pereira CAL²

Mariana Ramalho PROCÓPIO³

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG

RESUMO

Este artigo analisa os Planos de Governo, documento obrigatório para a candidatura pela Lei 9.504/97, dos presidentiáveis da eleição de 2022. Por meio da análise do discurso, ancorada nos trabalhos de Charaudeau (2006), buscamos observar como os grupos minorizados foram tematizados pelos diferentes concorrentes ao pleito eleitoral e quais propostas políticas a elas foram direcionadas. A partir das análises realizadas e resultados obtidos, identificamos que alguns programas políticos tematizam superficialmente questões relacionadas a grupos minorizados, de modo que tendem a seguir os vieses ideológicos dos partidos, buscando a credibilidade dos eleitores ideais para cada um, enquanto usam do discurso para conquistar outros novos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Discursiva; Discurso Político; Grupos Minoritários; Eleições Presidenciais.

INTRODUÇÃO

Plano de Governo é um documento obrigatório para o registro de uma candidatura ao pleito eleitoral nos cargos do Executivo (prefeito, governador e presidente), que, desde 2009, consta na Lei 9.504/97 que regulamenta as eleições brasileiras. Apesar da obrigatoriedade, não há formato ou tamanho padronizado e nem requisitos específicos para elaboração do plano, de modo que os candidatos e candidatas fiquem livres para escolha do modelo que mais os agrada. Também não é exigido o uso de propostas concretas e as chapas não são obrigadas a cumprir as promessas ou implementar as ações.

¹Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

²Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV, Bolsista do PIBIC, email: thais.cal@com.

³Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFV. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. Email: mariana.procopio@ufv.br

No entanto, como o documento apresenta os valores, princípios, metas e objetivos aos aspirantes à presidência e de seus partidos, é recomendado que estes sejam fundamentados em informações verdadeiras, análises e documentos oficiais, a fim de garantir a confiabilidade do plano.

A construção de propostas de projetos, programas, metas e objetivos de governo precisam ser construídas observando evidências colhidas em informações, análises, conclusões e documentos obtidos pela Administração Pública. Essas evidências trazem as características de confiança, serem completas e fiéis aos fatos que retratam e, portanto, estão em condições de servirem de suporte para a construção das propostas de governo e da tomada de decisões dos novos gestores.(BRASIL, 2019)

No que concerne ao contexto eleitoral recente, é possível afirmar que vivenciamos em 2022 uma eleição diferenciada, marcada por uma instabilidade no cenário político brasileiro, demarcada principalmente pela polarização em torno das figuras políticas Jair Bolsonaro e Lula. Além dos então candidatos supracitados, estiveram inscritas outras nove chapas, totalizando 11 candidaturas aprovadas⁴ pelo Tribunal Superior Eleitoral para a disputa ao pleito de presidente do país.

Neste sentido, é possível postular que o desenvolvimento de um projeto político requer a compreensão das relações sociais que proporcionam experiências diferentes a alguns grupos de brasileiros. Consequentemente, faz-se relevante observar como os planos de governo se colocam como promessas documentais, capazes de definir uma idealidade social que ao mesmo tempo se mostra possível de ser executada e mobilizam as estratégias do discurso político, como a construção da imagem do candidato.

Interessa-nos, neste trabalho, em investigar quais minorias são reconhecidas e como são tematizadas nos planos de governos dos candidatos e candidatas à presidência do Brasil em 2022, em seus planos de governo. Entendemos, a partir de Biroli e Miguel (2015), que uma democracia igualitária depende do enfrentamento das desigualdades de gênero, classe e raça e, por isso, a análise dos planos de governo se faz necessária

⁴ Ciro Gomes e Ana Paula Matos (PDT), Felipe D'ávila e Tiago Mitraud (Novo), Jair Bolsonaro e Braga Netto (Coligação Pelo Bem do Brasil), José Maria Eymael e Professor Bravo (DC), Léo Péricles e Samara Martins (UP), Lula e Alckmin (Coligação Brasil da Esperança), Padre Kelmon e Luiz Claudio Gamonal (PTB), Simone Tebet e Mara Gabrilli (Coligação Brasil para Todos), Sofia Manzano e Antonio Alves (PCB), Soraya Thronicke e Marcos Cintra (União Brasil) e Vera Lúcia e Raquel Tremembé (PSTU).

quando buscamos identificar quais desigualdades são definidas como relevantes no cenário atual e quais serão os meios para enfrentá-las.

IDENTIDADE, DIFERENÇA E MINORIZAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS

A busca pela afirmação da identidade e a enunciação da diferença refletem o desejo dos diversos grupos sociais, em posições assimetricamente situadas, de assegurar um acesso privilegiado aos recursos sociais. Identidade e diferença estão intimamente ligadas às relações de poder, pois a capacidade de definir a identidade e marcar as diferenças não pode ser dissociada das dinâmicas mais abrangentes de poder.

Nesse contexto, a identidade e a diferença nunca são neutras ou isentas de consequências. Por isso, é preciso analisar e entender o que separa os iguais dos diferentes, o que os transforma em grupos minorizados, que passam a ter menos direitos do que a maioria poderosa. Ou seja, problematizar o binarismo, em que há um dos lados são atribuídos signos positivos, enquanto outros recebem valores negativos.

As oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. "Nós" e "eles", por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. (SILVA, 2011, p.48)

Ao se tratar de grupos minoritários, é preciso evidenciar que a minoria se relaciona diretamente ao poder. De modo que se caracterizam como todo e qualquer grupo que tem seus direitos negados ou dificultados em relação à maioria, que tem seus direitos e necessidades garantidas, ou que não encontram tantos empecilhos para conquistá-los. Como retratado por Gohn (2008, p. 41) ao apresentar que as reivindicações pelos "direitos sociais, políticos, econômicos, humanos e culturais" assim como o "direito à diferença" é destacada pelas minorias que "em vários contextos históricos, eram e são a maioria da população, tais como mulheres negros, índios etc". Nesse mesmo viés conceitual, Martins & Mituzani (2011) explicam que

O direito das minorias representa, portanto, direitos fundamentais de parcelas da sociedade eleitas como minorias a partir de parâmetros de marginalização histórica. A marginalização desses grupos deu-se por meio de discriminação social, representação política deficiente

ou inexistente, subvalorização cultural, omissão – ou mesmo violência – das instituições estatais, para citar as principais causas de desprestígio em relação às minorias” (MARTINS & MITUZANI, 2011, p. 335).

A partir deste entendimento somos capazes de compreender os grupos minoritários e as estruturas de opressão aos quais estão submetidos. Segundo Silveira e Freitas (2017 apud GODINHO, 2021), as minorias podem ser entendidas como grupos que expressam diferenças em relação ao que é tido como universal e, por isso, têm seus direitos negados. Sodré (2005 apud CARMO, 2016) explica as minorias como representativas de uma voz qualitativa que luta por uma transformação social e, por isso, buscam constantemente o reconhecimento de suas pautas e políticas públicas.

Mas, além de tudo, ressaltamos que as minorias, estão inseridas em contextos, ou seja, um grupo minoritário no Brasil, pode não ser minoritário em outros países, visto que identidade é performatividade, e exige que um padrão seja assimilado como natural. Por isso, ao entender a identidade brasileira, através de culturas e costumes, enxergamos tudo que escapa dessa linha, como diferente.

ANÁLISES DOS PLANOS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS PRESIDENCIÁVEIS

Valemos-nos da compreensão de que a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2015) e os efeitos de sentidos são produzidos nos dizeres a partir de determinadas situações e resultam da forma como se diz. Assim, levamos em consideração o que é dito explicitamente, mas também o que não foi dito, o que poderia ter sido dito ou que foi dito em outros momentos.

A leitura dos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2022 nos revelaram, primeiramente, que dos 11 planos registrados, apenas 10 poderiam ser utilizados como objeto de pesquisa, visto que um deles, do candidato Padre Kelson do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não apresentaram especificidades relacionadas aos grupos minorizados. Uma vez que não faz menção a diversos grupos minorizados, apenas sinalizando nos discursos estratégias abrangentes a “todos”, como por exemplo nos excertos:

- (I) Igualdade de todos perante a lei;
- (II) Respeito aos direitos das minorias.
- (III) Igualdade de oportunidade para todos;

A partir da universalização que o termo “todos” sugere, assim como o excerto I, pressupomos que os grupos minorizados estão englobadas como público alvo das ações propostas pelos candidatos. Entretanto, sabemos que as experiências partem de um *self pontual*⁵, definido a partir das experiências dos homens, brancos, de meia idade, não portadores de deficiências, que dominam os espaços de decisões políticas, pautando suas prioridades a partir de suas perspectivas, que, segundo Young (2006) acabam por ser compreendidas como universais, não como uma visão específica de alguém que ocupa determinada posição.

Em II verifica-se também a presença das “minorias”, no entanto, não há nenhuma descrição no plano que demonstre quais são os grupos minoritários reconhecidos pelo candidato e seu projeto político. Essa ausência de menções aos grupos minorizados nos indica um silenciamento, já que a linguagem é utilizada para comunicar, mas também para deixar de comunicar (ORLANDI, 2015).

Como trabalhado por Libardi (2011), para o estudo, buscamos expressões que que podem ser associadas a marcadores de gêneros, sexualidade, cor, etc com o objetivo de observar como diferentes grupos sociais foram retratados. Isso pois, os modos com que a autoridade se dirige à nação, que nomes utiliza para se referir a ela, quem está sob o guarda-chuva desse bloco chamado “povo” sinalizam, por exemplo, que grupos específicos estão no radar dos programas sociais (LIBARDI, 2011).

A análise, então, ficou restrita a nove planos de governo, sendo dos candidatos à presidência e vice-presidência, respectivamente, como mostrado na tabela:

Chapa	Partido	Número de páginas	Principais Divisões
Ciro Gomes e Ana Paula Matos	PDT	26	Gerar empregos; agenda ambiental que propomos; melhoria da educação pública; melhorar a qualidade da saúde; combate ao desemprego, à pobreza, à desigualdade e a fome; combate a corrupção; segurança; igualdade de direitos a todos os brasileiros; cultura como identidade social;
Felipe D’ávila e Tiago Mitraud	Novo	36	Carbono Zero; economia; Brasil para todos; combate à fome; educação; saúde; segurança.

⁵ Teoria defendida pelo autor Charles Taylor (1989) em que o sujeito confere caráter utilitário a todas as associações a que pertence, de modo que nenhuma demanda externa a seu *self* obtém o devido reconhecimento

Jair Bolsonaro e Braga Netto	Coligação Pelo Bem do Brasil	48	Liberdade; dignidade para os menos favorecidos; solidariedade; equilíbrio socioeconômico; economia, tecnologia e inovação; saúde, educação; segurança; infraestrutura; sustentabilidade.
José Eymael e Professor Bravo	DC	9	Reforma tributária; segurança pública; saúde; educação; cultura; direito à igualdade de oportunidade e direitos; serviços públicos; meio ambiente; acesso ao esporte; combate às drogas; empregabilidade; combate a corrupção.
Léo Péricles e Samara Martins	UP	12	planificação da economia; reestatização das estatais privatizadas; emprego; reforma agrária; educação; fim da discriminação; defesa e proteção do meio ambiente e da natureza; demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; saúde pública; cultura; combate à corrupção; educação.
Lula e Alckmin	Coligação Brasil da Esperança	21	Reconstrução e transformação do país; desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; defesa da democracia e reconstrução do estado e da soberania.
Simone Tebet e Mara Gabrilli	Coligação Brasil para Todos	48	Justiça social, cidadania e combate a desigualdades; economia verde e desenvolvimento sustentável; governo parceiro da iniciativa privada; governo inclusivo, seguro e transparente.
Sofia Manzano e Antonio Alves	PCB	19	Constituição do poder popular na luta; economia; política industrial e tecnológica; direitos da classe trabalhadora; saúde; educação; reforma agrária; salário; emprego; assistência social; transporte; cultura e meio ambiente.
Soraya Thronicke e Marcos Cintra	União Brasil	73	Economia; Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde; Assistência Social; Desenvolvimento Ambiental Sustentável; Agricultura e Segurança Alimentar; Segurança Pública; Esporte; Cultura.
Vera Lúcia e Raquel Tremembé	PSTU	26	Empregos; serviços públicos, gratuitos e de qualidade para todos; cultura; meio ambiente; reforma e revolução agrária, economia, direitos humanos.

Fonte: Elaboração das autoras.

Nossa análise teve início com a identificação do ato de linguagem que caracteriza a enunciação nos planos de governo. Nos moldes de Charaudeau (2006), consideramos os candidatos como seres sociais, seus partidos e coligações e seus princípios e valores como ocupando a posição de sujeito comunicante (EUc), um sujeito composto que, ao documentar suas propostas e estratégias, produz um sujeito

enunciador (EUE) representado pela chapa concorrente em si. O destinatário idealizado (TUd) dos planos de governo são, para cada candidato, um específico, mas pode-se entender como o eleitor ideal daquele projeto político, enquanto o sujeito interpretante (TUi) pode ser qualquer pessoa que acesse o programa, independente de suas vinculações políticas e ideológicas.

A leitura dos planos sinalizou uma gama de temas relativos aos grupos minorizados, principalmente sobre a menção, ou não, dessa parcela da população. Dessa forma, os mais recorrentes foram: gênero (9), indígenas (9), pessoas com deficiência (8), faixa etária (7 planos), sexualidade (7 planos), cor (6 planos) e pessoas privadas de liberdade (3 planos). Apresentaremos, a seguir, reflexões sobre tais temáticas.

Mulheres

A democracia é o princípio político predominante no mundo, confiando ao povo e a sua vontade o papel de protagonistas, com a participação popular desempenhando um papel crucial nas eleições, garantindo a representação indireta. Apesar disso, é possível observar uma baixa inserção da mulher na política formal brasileira, o que compromete a integridade da democracia constitucional e representativa. De acordo com o TSE, apenas 18% dos eleitos em 2022, são mulheres, mesmo que as brasileiras constituam a maioria do eleitorado, a participação política feminina permanece limitada⁶.

O recorte de gênero se faz presente em nove dos 10 planos de governo, excluindo apenas a menção do candidato Eymael, sendo cada um trabalhado à sua maneira. Dessa forma, Vera Lúcia traz propostas relacionadas ao combate da violência contra mulheres, combate à jornada dupla, promoção de igualdade de oportunidades e salários, além do direito à maternidade e ao aborto. Propostas similares às do candidato da UP, Leonardo, que procura combater a violência, compreender o cuidado doméstico ou de criação dos filhos como uma tarefa da sociedade, criar ampla rede de creches, lavanderias coletivas e restaurantes populares, além do combate as diferenças salariais, legalização do aborto, inserção no mercado de trabalho.

Discurso mobilizado também por Ciro Gomes e Jair Bolsonaro, que propõem menos recortes, mas ainda trabalham o combate a violência contra mulher e inserção

⁶<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>

no mercado de trabalho com salários iguais. Propostas presentes também nos documentos de Lula, Soraya e Tebet, que também se preocupam com a saúde da mulher e proteção aos filhos de vítimas de feminicídio; assistência à maternidade; e inserção de mulheres na política, criação de cotas e combate ao feminicídio, respectivamente. Em contrapartida, a candidata Sofia Manzano mobilizou discursos voltados exclusivamente para licença maternidade, e Luiz Felipe D’Avila propôs a “qualificação de delegados de polícia para o atendimento de mulheres vítimas de crimes”.

Indígenas

Historicamente, as políticas indigenistas implementadas pelo Estado brasileiro caracterizaram-se pela rejeição do reconhecimento e das necessidades dessa parcela da população. Isso, devido ao forte discurso assimilacionista, em que, segundo eles, os povos indígenas iriam desaparecer como sociedades culturalmente diferenciadas, se fundindo com a sociedade nacional brasileira. Mas, em oposição foi registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mais de 1.400 etnias indígenas, que se encontram distribuídas por praticamente todos os estados do país⁷.

O público tornou-se um dos recortes mais recorrentes nos planos de 2022, exceto no documento do candidato Eymael. Dessa forma, cada candidato trabalhou a temática à sua maneira, e com isso podemos enxergar que a proposta mais mencionada é a recuperação e demarcação das terras indígenas, presente nos planos dos 9 candidatos analisados. E como particularidades temos o fortalecimento da FUNAI, através dos candidatos Leonardo Pércles e Luiz Felipe D’avilla; a preservação das identidades e culturas por Lula, Vera Lúcia e Ciro Gomes, que também defende a capacitação de profissionais de saúde, para atendimento específico dos povos originários. Enquanto Simone Tebet propõe o incentivo à agricultura familiar, Jair Bolsonaro pretendia melhorar o acesso aos territórios através de novas estradas e rodovias, além de combater a violência, melhorar os tratamentos de saúde e promover acesso à internet.

Em específico, a candidata do União, Soraya Thronicke, falou sobre a conservação, das áreas indígenas e quilombolas; a fim de torná-las geradoras de

⁷<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-06/mapa-do-iphancataloga-14-mil-etnias-indigenas-no-pais>

riqueza e capazes de produzir alimentos e minérios estratégicos, para alavancar a participação nacional na nova economia global.

Pessoas com Deficiência (PCDs)

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, há cerca de 8,9% da população, aproximadamente 18,6 milhões de pessoas, portadoras de alguma dificuldade funcional⁸. Nesse total estão considerados todos os tipos e graus de deficiência de acordo com o desempenho nas atividades e domínios pesquisados, e os principais tipos de deficiência entre a população brasileira são as motoras, visuais e de cognição.

É importante notar que, ao contrário de outros grupos sociais visualmente homogêneos e com necessidades compartilhadas, as pessoas com deficiência têm na própria diversidade uma de suas maiores dificuldades, visto os diferentes tipos de manifestações e espectros de cada deficiência. De modo que, essa realidade impacta os indicadores de desenvolvimento sustentável de forma negativa, razão suficiente para que o segmento social das pessoas com deficiência tenham seus direitos e necessidades específicas levadas na agenda política de todos os países.

Por isso, percebemos a frequência de menções em planos de governo, dos presidenciáveis de 2022, sendo os únicos a não ter mencionado o grupo os candidatos Luiz Felipe d'Avila (Novo) e a candidata Vera Lúcia (PSTU). Nos demais planos, conseguimos identificar propostas que procuram inserir os portadores de necessidades especiais, porém de acordo com os discursos mobilizados por cada candidato e partido.

Assim sendo, percebemos que a candidata Soraya Thronicke e Ciro Gomes, trabalham com temáticas parecidas, uma vez que ambos utilizam do recorte econômico para suas propostas. Sendo respectivamente a capacitação dos cuidadores e a distribuição de auxílios para completar a renda da família de PCDs, além da melhora na infraestrutura também proposta pelo candidato. Enquanto os candidatos Jair Bolsonaro e Léo Pericles, trabalharam propostas muito específicas, como a equidade nas práticas esportivas, proposta pelo candidato do PL; e a melhora nos transportes públicos e nos centros de reabilitação, pelo candidato da UP. Já Eymael, escolhe o recorte educacional propondo educação inclusiva para crianças e adolescentes.

⁸<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/pela-primeira-vez-pnad-continua-reune-e-disponibiliza-dos-sobre-pessoas-com-deficiencia>

Diferente deles, Lula, Simone Tebet e Sofia Manzano trabalharam propostas abrangentes, em mais de um cenário, e para mais de uma parcela dos PCDs. Lula faz menção ao acesso à saúde, à educação, à cultura e ao esporte, e a inserção no mundo do trabalho, além de procurar “romper as barreiras do capacitismo” e assegurar a inserção social, oportunidades e autonomia. Enquanto Tebet escolheu trabalhar propostas voltadas à educação, cultura, geração de empregos, melhorias na saúde através do SUS, promover a igualdade desde a infância, além de fazer menção à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Já Sofia, fala sobre o combate ao capacitismo, melhorias na educação, acessibilidade e saúde.

Faixa Etária

O "etarismo" é um termo que se refere à discriminação ou preconceito baseado na idade. É semelhante a outras formas de discriminação, como racismo ou sexismo, mas em vez de se concentrar na raça ou no gênero, o etarismo envolve tratar alguém de maneira injusta devido à sua idade, seja por ser muito jovem ou muito velho. Isso pode se manifestar de várias maneiras, como estereotipar pessoas com base na idade, negar oportunidades ou tratamento igualitário com base na idade, ou assumir que alguém é incapaz com base apenas na sua idade.

Percebemos que os candidatos Leonardo Péricles, Luiz Felipe D’avilla e Simone Tebet trabalham as políticas públicas de forma mais generalista, uma vez que usam do princípio de igualdade de oportunidades a todos. Enquanto a candidata Soraya Thronicke escolheu priorizar os idosos, através de programas de atendimento e acompanhamento. Já Eymael, Jair Bolsonaro, Sofia Manzano e Vera Lúcia trabalharam com propostas para crianças e jovens, como ensino inclusivo para criança e adolescentes e garantia de poder público para idosos; prática de atividades esportivas, educacionais e de iniciação científica, e empregabilidade de jovens; assistência para a infância com o fortalecimento e a expansão dos conselhos tutelares, creches e orfanatos, o incentivo à adoção e o combate à exploração do trabalho infantil; e auxílio e promoção de emprego para jovens que não trabalham, respectivamente.

Por fim, os candidatos Lula e Ciro Gomes, voltaram os olhos para crianças e idosos. O presidenciável do PT trouxe em suas abordagens a garantia ao direito ao brincar, saúde, alimentação, educação para a primeira infância, enfrentar a exploração do trabalho infantil, a violência, a exploração sexual, além das políticas que assegurem

os direitos dos idosos com envelhecimento ativo, saudável e a ampliação e fortalecimento de uma rede de cuidados. Enquanto o candidato do PDT almejava uma política orientada aos cuidados com os idosos e o fortalecimento dos programas de proteção social, que atuem na direção da redução da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Sexualidade

O Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIAPN+, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB)⁹, com dados de 2021, ocorre uma morte a cada 29 horas, embora o número real possa ser ainda maior. O levantamento foi feito em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+, e foram 276 homicídios (92% do total) e 24 suicídios (8%), no ano de 2020.

A luta por direitos iguais promovida pelos LGBTQIAP+, a cada dia que passa aumenta a sua notoriedade no debate público e nos meios de comunicação de massa no Brasil. Mas, mesmo que isso aconteça, o grupo minorizado ainda não aparece em todos os palcos de governo, ficando excluído dos candidatos: Eymael, Jair Bolsonaro e Soraya Thronicke.

Enquanto o candidato Leonardo Péricles, e as candidatas Vera Lúcia e Sofia Manzano propõem o fim e a criminalização da violência à LGBTQIAPN+. Embora Sofia escreva de maneira generalizada, englobando junto outras formas de violência “combate permanente a todas as formas de opressão (como o machismo, o racismo, a LGBTfobia)”.

Já Ciro Gomes, traz a discussão em um tópico chamado de Diversidade, e mobiliza a criação de comitês para combater a violência. Luiz Felipe D’avilla tem como proposta respeitar a diversidade, com a desburocratização do processo de adoção de nome social, e Simone Tebet a igualdade de oportunidades.

Por fim, Lula assegura políticas que garantem os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+, o direito à saúde integral desta população, a inclusão e permanência na educação, no mercado de trabalho e que reconheçam o direito das identidades de gênero e suas expressões.

Pessoas Negras

⁹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-segue-como-pais-com-maior-numero-de-pessoas-lgbt-assassinadas>

Nas Eleições 2022, o número de candidatos negros, 14.712, superou o de brancos, revelando um total de 50,27% do total de inscrições (29.262). Enquanto, no mesmo cenário em 2018, quando também houve eleição geral, as candidaturas negras foram 46,4% do total¹⁰.

Embora tenha sido registrado o aumento de candidaturas, somente 32,12% desses candidatos foram eleitos. Tendo em vista que, de acordo com o IBGE, mais da maioria da população brasileira é negra, é perceptível que o número continua baixo e incompatível com a realidade do país.

Ao analisar este recorte, também é importante entender o eleitorado, uma vez que é o que mais sofre diretamente com a violência policial e atos racistas. Como mostram os números revelados pela pesquisa feita em 2021, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹¹, em que ao longo de 10 anos (2009-2019) foram mortos mais de 400 mil negros. Além de revelar que eles correspondem a 78,9% das vítimas de intervenções policiais.

Os dados mostram que ainda há muito a fazer para alcançar a equidade racial não só nos eleitos, mas também nos eleitores. Preocupação que não está presente em todos os planos de governo uma vez que os candidatos Eymael, Luiz Felipe d'Avila, Jair Bolsonaro e Soraya Thronicke, não fazem menção a essa parcela da população.

Enquanto o candidato Ciro Gomes e a candidata Simone Tebet mobilizam propostas de cotas e empregabilidade; as presidenciáveis Vera Lúcia e Sofia Manzano almejam acabar com o genocídio da população negra e melhorar as políticas de cotas, enquanto a candidata do PSTU ainda se preocupa com a igualdade salarial, fim da intolerância religiosa e a reparação histórica da população.

O programa de ampliação das vagas nos setores públicos para população negra, garantia de ensino de história da cultura afro-brasileira e o combate a violência de Estado, são propostas de Leonardo Péricles. Ao mesmo tempo em que Lula quer garantir a igualdade racial, o combate ao racismo estrutural, enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, além de acabar com o genocídio da população negra, com a violência policial e a intolerância religiosa.

Pessoas Privadas de Liberdade

¹⁰<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra>

¹¹ https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2021/

Segundo informações divulgadas pelo Ministério da Justiça, o Brasil apresenta a terceira maior população carcerária global. Em 2020, o país registrou um total de 773.151 detentos, situando-se logo após a China (1,7 milhão) e Estados Unidos (2,1 milhões)¹². Nesse aspecto, muito se fala sobre a ressocialização, ou seja, a reeducação social do preso no cumprimento de sua pena ou medida de segurança e engloba o pós-prisional. Em que deveria haver um trabalho para reconstruir de crença e valores, através da educação e assistências. Atitude que deveria ser responsabilidade do Estado. Por isso é importante que essa política, voltada para população carcerária, seja trabalhada nos planos de governos. Embora esteja ausente no documento dos candidatos: Jair Bolsonaro, Simone Tebet, Lula, Luiz Felipe d'Avila, Sofia Manzano e Vera Lúcia.

Assim sendo, Ciro Gomes defende que a gestão prisional seja aprimorada, aumentando o percentual da população carcerária que venha a se ressocializar. Enquanto Leonardo Péricles propõem que haja uma reforma do Sistema de Justiça e do Sistema Penitenciário, com a democratização dos tribunais debatendo a ampliação de cotas para os cargos do Poder Judiciário; grande esforço de revisão das penas da população carcerária; avaliação das estruturas físicas e da gestão dos presídios do País com fins de buscar a recuperação social e garantir dignidade para as pessoas presas. E, por fim, Eymael prega a reformulação do sistema penitenciário, para que atenda sua missão de ressocializar os apenados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises apresentadas, fica evidente que as posturas ideológicas de todos os candidatos considerados nas pesquisas se refletem nos planos de governo, que foram utilizados como base, através da concretização dos imaginários presentes nos discursos. Nesse contexto, as propostas de ação podem ser compreendidas dentro do espectro que abrange a direita e a esquerda, indicando como essas orientações se manifestam no cenário de conflitos e confrontos, nos quais os efeitos de sentido dão origem a divergências e às necessidades de grupos específicos.

Ao observarmos as ideologias presentes nos discursos, torna-se aparente como a noção de universalidade, fundamentada numa perspectiva liberal, pode obscurecer as

¹² <https://oglobo.globo.com/politica/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270>

dinâmicas de poder que sustentam a hierarquização entre identidades consideradas "ideais" e as que são distintas, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

A leitura dos documentos nos revelou, que além de serem elaborados de acordo com os posicionamentos ideológicos dos candidatos, sinalizou uma gama de temas relativos ao que pautam os grupos minorizados, sendo os mais recorrentes a questão de gênero, indígenas e portadores de deficiência. E dentre os temas mais negligenciados estão as pautas de cor, sexualidade e pessoas privadas de liberdade.

A partir das análises realizadas e resultados obtidos, identificamos que alguns programas políticos tematizam superficialmente questões relacionadas a grupos minorizados, de modo que tendem a seguir os vieses ideológicos dos partidos, buscando a credibilidade dos eleitores ideais para cada um. Os candidatos de esquerda mobilizam imaginários de liberdade, tematizando pautas de gênero, raça, classe social, sexualidade e etnias, de modo aprofundado e trazendo dados em suas propostas. Além de utilizar recortes que garantem a inserção na sociedade, a partir de direitos, que vão além dos básicos, ao tematizar a presença dessa parcela em espaços públicos, e a conquista de novos direitos.

Enquanto candidatos de direita, mobilizam perfis similares ao seus eleitores, abordando de maneira rasa, como o termo “todos” em suas propostas, ou apenas fazendo alusões aos direitos já garantidos. De modo que, não se aprofundam nas discussões, tampouco nas propostas. Ao abordar temáticas como economia, segurança e educação.

E por fim, candidatos de centro, mobilizam imaginários conservadores ou progressistas de forma mais branda, evitando medidas radicais ao mesmo tempo em que defendem as pautas de seus eleitores ideais. Isso pois, falam sobre os a maioria dos grupos minorizados, mas de acordo com leis já estabelecidas. Garantindo que não se comprometam com o eleitorado conquistado, enquanto ao trabalhar algumas discussões, há possibilidade de adquirir novos eleitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil, Governo. “Plano de Governo.” Secretaria de Relações Institucionais, 2019, www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/portalfederativo/agenda-do-prefeito-brasil/guiainicio/prefeito/conteudos-importantes/plano-de-governo-para-4-anos.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2015. 168 p. ISBN 9788575593967.

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 64, p. 201-223, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119546>. Acesso em: 07 mai. 2022

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Traduzido por Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras, Fortaleza*, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017

GODINHO, Isac Oliveira. *Midiativismo e direitos humanos: análise discursiva de minimanuais de jornalismo humanizado*. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. MITUZANI, Larissa. *Direito das Minorias Interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro*. Sequência. Santa Catarina, vol. 32, n. 63, dez, 2011, p. 319-352.

LIBARDI, Guilherme Barbacovi. *Os sentidos da diversidade no Brasil polarizado: impasses e afinidades entre minorias progressistas e conservadoras*. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório Mundial Sobre a Deficiência*. 2011. Governo do Estado de São Paulo.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 11-20.

Rede de Observatórios da Segurança. *Elas vivem: dados que não se calam*. Rio de Janeiro: CESeC, março de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. 3. A PRODUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA. O conceito de racismo institucional surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. Segundo Pace e Lima (2011, p. 4), os objetivos da criação do conceito eram de, p. 48.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: 10 maio. 2022.